

Aula 9
39 Mirando

ECONOMIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

1930 – 1999

CURSO ON-LINE



Edital CACD

4.5 O Período 1962-1967.

4.5.3 Reformas do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG)

4.5.4 A importância das reformas do PAEG para a retomada do crescimento em 1968.

Bibliografia



1. GIAMBIAGI, F., et alli. Economia Brasileira Contemporânea (1945-2015), 3ª edição, cap. 3 (Reformas, Endividamento e o “Milagre” Econômico), até o tópico “O Período de 1968-73”, exclusive.
2. GREMAUD, A.P., VASCONCELLOS, M.A.S; TONEU JUNIOR, R. Economia Brasileira Contemporânea. 8ª Ed. Atlas. Cap.15 (Da Crise ao Milagre), tópico 15.2.
3. ORDEM DO PROGRESSO, cap.10 (Estabilização e Reforma, 1964-67).

Resumo aula 8B





Deterioração das relações Brasil-EUA. PEI. Não alinhamento automático. Apesar da visita de João Goulart aos EUA, não houve melhora.

Razões para a deterioração das relações Brasil-EUA: a) Exame pelo Congresso de alterações da legislação relativa à remessa de lucros de capital estrangeiro; b) Cancelamento das concessões de lavra de minério de ferro da empresa norte-americana Hanna Corporation; c) Apoio dado pelo governo central à desapropriação, pelo governador do RS, Leonel Brizola, dos bens da Companhia Telefônica Nacional, subsidiária da empresa norte americana International Telephone and Telegraph (ITT); d) PEI.

Política Externa Independente: inaugurada por Jânio Quadros, teve continuidade em João Goulart.

O Brasil reatou relações diplomáticas com a URSS ainda em 1961

Na reunião da OEA (Organização dos Estados Americanos), em jan/62, o Brasil divergiu da posição norte-americana e absteve-se na votação que aprovou a expulsão de Cuba da organização.

Abril de 1962: João Goulart visitou os EUA, abordando com o presidente Kennedy assuntos relacionados à dívida externa e ao capital estrangeiro no Brasil. Houve aumento dos desgastes.

No grave episódio da crise dos mísseis, o Brasil não se alinhou às propostas norte-americanas de intervenção armada, mas aprovou o bloqueio à Cuba, cedendo em parte às pressões dos EUA.



Aumenta a intervenção no mercado de câmbio. Taxa de câmbio no mercado livre volta a ser controlada pelo BB. O sistema aumenta as receitas públicas. Em contexto de piora de preços internacionais do café, é firmado o Acordo Internacional do Café, que estabilizou seus preços entre 1963 e 1968.

Política cambial: caracterizada pelo aumento das intervenções das autoridades monetárias no mercado de divisas.

A taxa de câmbio no mercado livre voltou a ser rigorosamente controlada pelo BB, como no governo JK, com o objetivo de não exacerbar as pressões inflacionárias.

Aspecto bem sucedido da política cambial: A administração das taxas de câmbio, complementada por um complexo sistema de compras compulsórias de títulos públicos com remuneração real negativa, gerou montante equivalente a 11% da receita pública total, superando os resultados que vinham sendo obtidos pelo regime de ágios e bonificações desde 1957.

Preços internacionais do café caíram. Déficit em conta corrente aumentou.

Apesar da piora das relações Brasil-EUA, o governo americano participou e apoiou as negociações do primeiro **Acordo Internacional do Café**. Tal acordo estabilizou os preços do café durante sua vigência (1963-1968).

A postura dos EUA refletiu a visão de que a estabilização de preços contribuiria para a estabilidade política em nações africanas e em países da América Central e do Sul, evitando que estes fossem atraídos pelo experimento cubano.



Lei de remessa de Lucros concedeu à autoridade monetária rígido controle sobre fluxos de capitais, gerando estancamento do fluxo de IED. Período parlamentar deixa como herança aumento da inflação, crescimento do PIB elevado, mas decrescente, expansão menor da produção industrial.

Lei de Remessa de Lucros: A lei dava à autoridade monetária a faculdade de **exercer rígido controle sobre os fluxos de capitais**, em caso de ocorrência ou expectativa de ocorrência de graves desequilíbrios do BP.

A lei de remessa de lucros foi responsabilizada pelo estancamento do fluxo de investimentos externos no país durante o período de 1962 a 1966.

Há sinais de que este movimento (de estancamento) se deu também, pelo menos parcialmente, graças à maturação de um ciclo de investimentos no setor automobilístico, ao desaquecimento econômico observado no final de 1962 e a piora da relação política entre Brasil e EUA.

Herança (decepcionante) dos anos 61-62: a) A inflação medida pelo deflator do PIB saiu de 25,4% em 1960 para 34,7% em 1961 e 50,1% em 1962, com sinais de aceleração; O PIB cresceu 8,6% em 1961, mesmo com redução dos investimentos. Desacelera para 6,6% em 1962; c) A produção industrial, cujo crescimento tinha acelerado de 10,6% em 1960 para 11,1% em 1961, teve expansão de 8,1% em 1962.

No final de 1962, antecipando-se à vitória do presidencialismo confirmado em 6 de janeiro de 1963, o governo anunciou sua política econômica para o restante do mandato através do Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, elaborado por Celso Furtado, Ministro Extraordinário para Assuntos do Desenvolvimento Econômico.



Plano Trienal, coordenado por Celso Furtado, é anunciado na campanha para o plebiscito por João Goulart como seu plano de governo, defendendo as reformas estruturais e tendo como objetivo principal conter gradualmente a inflação sem comprometer o desenvolvimento.

Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico: sob coordenação de Celso Furtado, foi apresentado por João Goulart durante a campanha para o plebiscito como seu plano de governo. Tópico repetido: **defesa das reformas estruturais**. Ministro da Fazenda de JG: Santiago Dantas.

A ideia básica do plano: conter gradativamente o processo inflacionário sem comprometer o desenvolvimento do país.

O desenvolvimento ocorreria graças à base forte formada a partir da **execução das reformas**.

O **plano queria dar respostas** ao quadro de deterioração externa e à aceleração inflacionária.

O lançamento do plano poderia também favorecer uma **aproximação entre o governo, classe média e segmentos empresariais**, ampliando a base de apoio, com o objetivo de viabilizar a aprovação das **reformas de base** pelo Congresso.

As **medidas de contenção da demanda** necessárias e a reorientação do padrão de consumo e produção (“realismo tarifário e cambial”) encontravam **forte resistência da base sindical e parlamentar** de apoio ao governo.



Diagnóstico principal da inflação foi convencional e o tratamento, principalmente ortodoxo. Objetivos do Plano Trienal: crescimento; desinflação via estratégia gradualista; distribuição de renda e reforma agrária.

O Plano Trienal parte de um diagnóstico convencional centrado em **medidas ortodoxas**.

A necessidade de se levar a bom termo **as negociações com o FMI**, **precondição para melhorar a difícil situação externa**, deve ter influenciado o desenho do plano.

Objetivos do Plano Trienal

1. Assegurar **taxa de crescimento** compatível com expectativas de melhoria das condições de vida. **Taxa estimada em 7% anuais (3,9% de crescimento per capita)**.
2. **Estratégia gradualista de desinflação**: de 50% em 1962 para 25% em 1963 e 10% em 1965.
3. Distribuição de renda – os frutos do desenvolvimento devem ser distribuídos pela população. Os salários reais devem crescer à mesma taxa do aumento de produtividade (pelo menos).
4. **Reforma agrária** (este e outros entraves na ordem institucional que são responsáveis pela lenta assimilação de novas técnicas em setores produtivos).



As Reformas de Base eram consideradas indispensáveis para o sucesso do Plano Trienal: bancária, administrativa, tributária e agrária. Diagnóstico da inflação era ortodoxo, resultante de excesso de gastos públicos.

Reformas de Base – consideradas indispensáveis para o sucesso do Plano Trienal.

1. Reforma Bancária - Criação do Banco Central e do Banco Rural, para fornecer créditos à agricultura.

2. Reforma Administrativa – com o objetivo de proporcionar maior eficiência e dinamismo ao Executivo.

3. Reforma Tributária – com o objetivo de atender às necessidades de receita, mas onerando de forma mais justa os contribuintes.

4. Reforma Agrária - entendida como pilar da reestruturação social do país. A propriedade rural deveria ser distribuída de forma mais equitativa. Fim da miséria no campo. Ampliação da produtividade agrícola.

Apesar da bagagem cepalina de Celso Furtado, o **diagnóstico do plano** era de que a inflação resultava essencialmente da **expansão desmedida dos gastos públicos**. O controle dos gastos era parte central.

O **déficit potencial** do governo para 1963 **seria reduzido em cerca de 60%** pela adoção de plano de economia e diferimento de despesas.



Medidas do Plano Trienal: redução e fim dos subsídios ao petróleo e trigo e de tarifas de serviços públicos de transportes e comunicações. Inflação sobe. Salário mínimo é reajustado.

Uma importante medida de ajuste fiscal foi a **redução dos subsídios ao consumo, em especial os relativos à importação de petróleo e trigo** e os referentes às **tarifas de serviços públicos nos setores de transportes e comunicações**.

O plano também previa **metas quantitativas** para a **expansão dos agregados monetários e de crédito**.

Após o anúncio do Plano, o índice de preços industriais por atacado saltou em 20% em janeiro e 11% em fevereiro. O salário mínimo foi aumentado em 56% em 1º de janeiro.

Em meados de janeiro/63, o governo anunciou o fim dos subsídios cambiais. Resultado: aumento dos preços do trigo (70%) e dos derivados de petróleo (100%).

Em fevereiro/63, o governo anunciou aumento das tarifas de transporte urbano. As tarifas de transporte urbanos foram aumentadas entre 22 e 29%.

Em abril, a taxa de câmbio do mercado livre foi desvalorizada em 31%. E os subsídios às importações de petróleo foram retomados.

A inflação medida pelo IPA chegou a 23% no primeiro trimestre. A variação em 12 meses subiu de 45,6% em dez/62 para 69,9% em março de 1963.



Acordos de congelamento temporário de preços e restrição ao crédito proporcionaram desaceleração da inflação. A necessidade de realinhar preços administrados, a dificuldade de conter despesas do governo, as pressões por aumento do crédito do empresariado e a oposição dos trabalhadores e sindicatos inviabilizaram o Plano Trienal.

O governo negociou **acordos de congelamento temporário (45 dias)** de preços com os setores têxtil, de vestuário, veículos, autopeças e cimento, bem como acordos de restrição ao crédito ao consumidor.

Os **acordos de congelamento de preços** foram cumpridos apenas parcialmente, mas proporcionaram o desaceleração da inflação.

Apesar da trégua, a aceleração da inflação por causa da necessidade de **realinhar os preços administrados** acabou **inviabilizando o Plano Trienal**.

Outros motivos da inviabilização do Plano Trienal:

1. O movimento de preços do começo do ano tornou **difícil cumprir o programa de contenção de despesas** do governo.
2. A inflação aumentou as **demandas por parte do empresariado**, que pediam um relaxamento da política de crédito.
3. A alta dos preços do primeiro trimestre **aumentou a resistência dos trabalhadores**. Os sindicatos (que até ali apoiavam o presidente) se colocaram frontalmente contra o plano.



Reajuste do funcionalismo acima do proposto no Plano Trienal inviabilizou a programação financeira da União e as negociações com FMI. Houve desvalorização cambial seguida de adoção de complexo sistema de depósitos compulsórios, bonificações e quotas de contribuição.

Em maio de 1963, o Plano Trienal começou a ser definitivamente abandonado. Motivos:

1. Votação do reajuste do funcionalismo - Congresso aprovou aumento de 70% (contra 40% proposto no Plano Trienal).
2. A tramitação do projeto de lei mostrava que Goulart e seu entorno político se afastavam dos compromissos da política de estabilização.

O aumento concedido ao funcionalismo inviabilizou a programação financeira da União e inviabilizou as já complicadas negociações com FMI.

A implantação do plano tinha sido heterogênea. O crédito ao setor privado foi contracionista, com expansão menor que a taxa de inflação. Mas enquanto o crescimento dos empréstimos dos bancos comerciais foi menor que o previsto, o crédito do BB superou muito as metas, não demonstrando compromisso com o plano.

O realismo cambial foi mantido até abril/63. Abril/62: Instrução 239 da SUMOC determinou uma **desvalorização de 31% do cruzeiro**.

Depois, as autoridades optaram pela adoção de um **complexo sistema de depósitos compulsórios, bonificações e quotas de contribuição** como mecanismo de correções das distorções causadas pela manutenção da estabilidade das taxas de câmbio.



Viagem de Santiago Dantas a Washington não é bem sucedida. Deterioração das relações Brasil-EUA. Plano Trienal criticado. Troca de ministros. Renúncia de Roberto Campos como embaixador em Washington.

Março/1963: **Santiago Dantas visita Washington** para tentar adiar os pagamentos da dívida externa e conseguir ajuda financeira. Missão fracassa.

As negociações dependiam da **avaliação técnica do FMI**. Em jan/63, enviaram missão ao Brasil (atendendo pedido do governo brasileiro). As relações políticas Brasil-EUA estava deterioradas.

Apesar das **concessões brasileiras** relativas à **indenização da companhia de energia elétrica o RS, subsidiária da AMFORP**, dos US\$ 398,5 milhões de empréstimos obtidos, apenas 84 milhões eram de desembolso imediato, sendo que 30 destes eram para compensar a ITT.

Enquanto isso, o Plano Trienal e as negociações internacionais a ele associadas eram **fortemente criticados por setores de esquerda**.

Junho/63: Goulart promove uma **reforma ministerial**. Os **ministros responsáveis pelo fracasso do programa de estabilização** foram substituídos. *Santiago Dantas – por Carvalho Pinto – Ministério da Fazenda. Ministério do Planejamento – foi extinto.*

Roberto Campos renunciou de sua posição de Embaixador em Washington. Isso indicava que a **credibilidade externa do governo chegava ao fim**.



Solicitação de estado de sítio é enviada e retirada. Arrecadação desacelera e posição fiscal do governo piora. Final de 63, quadro de inflação elevada, desaceleração da indústria e do PIB. Regulamentação da lei sobre capitais estrangeiros.

Setembro/63: quadro político se deteriora ainda mais com a **rebelião de sargentos da Marinha e da Aeronáutica**, contra a decisão do STF mantendo a anulação da eleição de sargentos do ano anterior. A partir daí, fica clara a adesão da maioria dos oficiais das Forças Armadas e dos políticos de centro a uma **solução que removesse a ameaça de radicalização** que decorreria da fraqueza do presidente.

Outubro/63: Goulart envia mensagem ao Congresso solicitando **aprovação do estado de sítio por 30 dias** como reação a declarações de Carlos Lacerda, Governador de Guanabara, atacando as autoridades federais. O pedido foi retirado dada a evidência de que não seria acolhido.

A posição fiscal piorou ainda mais com **desaceleração da arrecadação, graças à queda da atividade**.

Situação no final de 1963: inflação perto de 80%; desaceleração do PIB; desaceleração do crescimento industrial (dificuldade com escassez de energia, contração de liquidez e ondas de greves).

Até jan/64: Até aqui, Goulart tinha evitado regulamentar **lei sobre capitais estrangeiros**. Mas agora o fez. **A lei limitava a remessa de lucros a 10% dos capitais registrados e impedia a remessa de lucros associados a reinvestimento**.



Reforma cambial, com instrução 263, feita após desvalorização de 61,5% do Cruzeiro. Atitudes de Goulart levantam oposição, classe média e fragiliza apoio político e militar. Em 31.03, inicia rebelião militar que colocaria fim à Terceira República.

Nova reforma cambial: Instrução 263 da SUMOC, feita após a **desvalorização de 61,5%** do Cruzeiro, simplificando **o mercado de divisas**. Goulart acreditava que a reforma facilitaria o reescalonamento dos compromissos externos.

Em 13 de março, Goulart compareceu ao comício de esquerda, assinando **decretos que determinavam a encampação das refinarias particulares e a desapropriação de terras beneficiadas por investimentos públicos**, sem que os temas tivessem sido previamente discutidos com líderes do Congresso.

A radicalização aumentou: as forças conservadoras responderam com manifestações que mobilizaram maciçamente a classe média.

O isolamento político do presidente ficava explícito. Seu apoio político e militar era muito frágil.

Goulart reage de forma frágil à Revolta dos Marinheiros, em março/64. Em 30.03, comparece na reunião de sargentos (mal visto).

Em 31.03, teve início a rebelião militar que, com amplo apoio do empresariado, classe média e respaldo ou omissão da maioria parlamentar, **pôs fim à Terceira República**.

LOADING...



*Prontos para novo e importante período
de nossa história econômica?*





Marechal Humberto Castello Branco (1964-66)



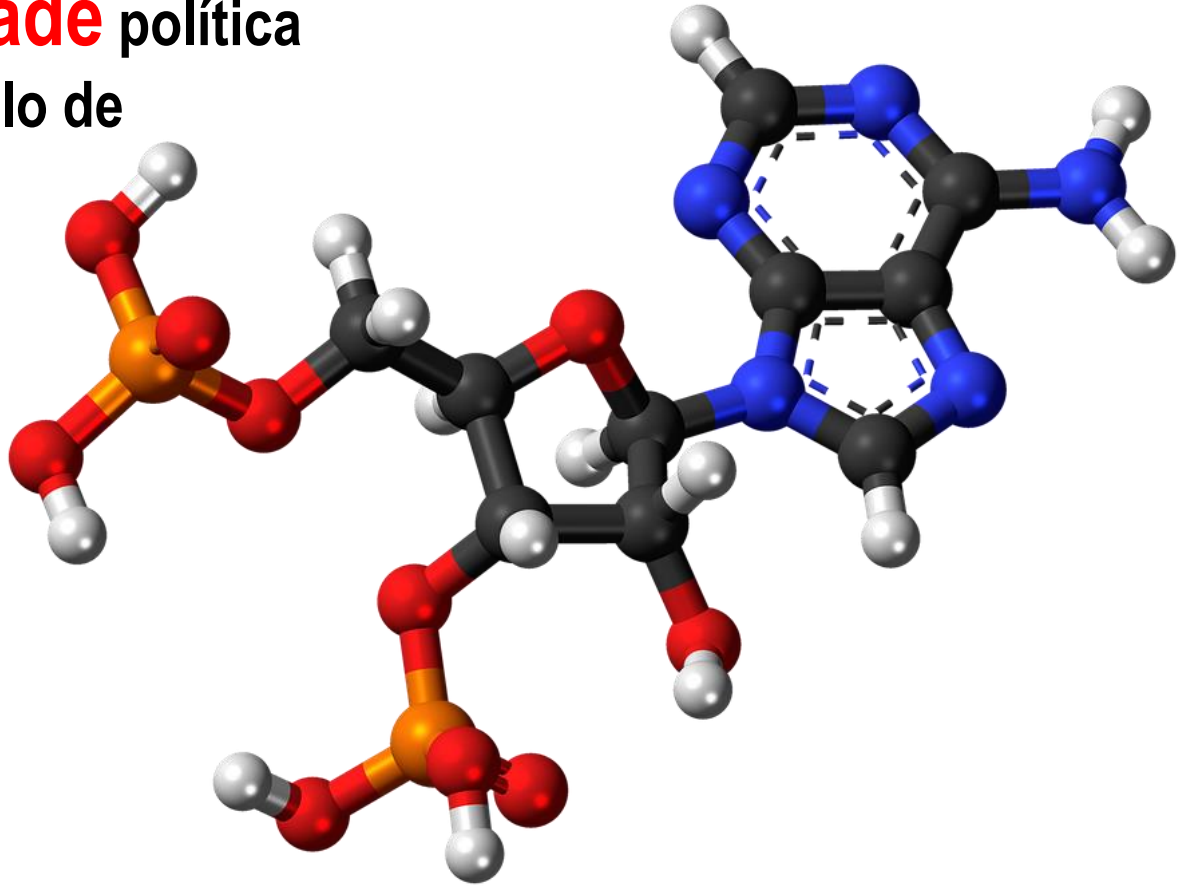
General Arthur da Costa e Silva (1967-69)

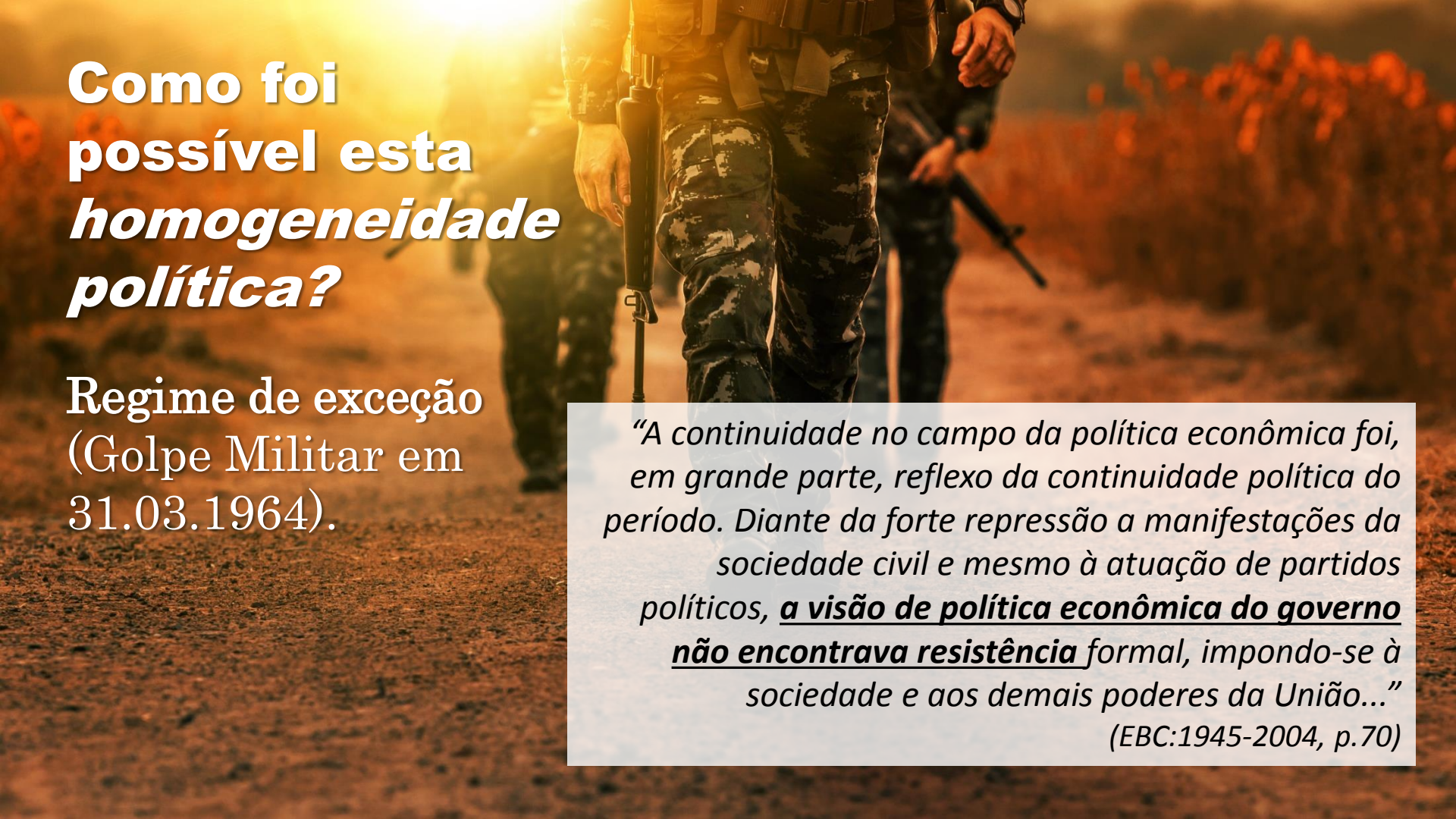


General Emílio Garrastazu
Médici (1969-73)

*Presidentes
Militares entre
1964 e 1973*

Período de **continuidade** política
+ continuidade do modelo de
política econômica.





Como foi possível esta *homogeneidade política*?

Regime de exceção
(Golpe Militar em 31.03.1964).

“A continuidade no campo da política econômica foi, em grande parte, reflexo da continuidade política do período. Diante da forte repressão a manifestações da sociedade civil e mesmo à atuação de partidos políticos, a visão de política econômica do governo não encontrava resistência formal, impondo-se à sociedade e aos demais poderes da União...”

(EBC:1945-2004, p.70)

A equipe econômica foi formada por:

**Octavio Gouveia de
Bulhões**

Ministério da Fazenda



Roberto Campos

Ministério do Planejamento





Somos economistas
de perfil **ortodoxo**.

E já antecipo que ficaremos
no cargo ao longo de todo
o governo Castello Branco.



PRINCIPAIS OBJETIVOS DE POLÍTICA ECONÔMICA:

1. Combate **gradual** à inflação;
2. Expansão das exportações;
3. Retomada do crescimento.





1964-67

Desequilíbrio monetário e externo = política econômica foi **restritiva**.

1967-68

Objetivo predominante passa a ser a **retomada do crescimento**.

1968-73

A orientação de **CRESCER** seria seguida até 1973.



E como foi o
desempenho da
economia no
período 1964-73?

1964-67



STOP

Marcado pela **implementação do PAEG** + reformas estruturais

Comportamento **stop and go**.

Crescimento **médio** do PIB: 4,2% a.a.



GO

1968-73

Política monetária expansionista.
Crescimento médio de 11,1%.
Redução gradual da inflação e do
desequilíbrio externo. *Milagre econômico.*

1800000.00
1700000.00
1600000.00
1500000.00
1400000.00
1300000.00
1200000.00
1100000.00
1000000.00
100000.00
10000.00
1000.00
100.00
10.00
1.00
0.0

Jan

Feb

Mar

Apr

May

Jun

Jul

Aug

Dec





Ministro Roberto Campos apresenta relatório ao
presidente Castello Branco no final de 1964
intitulado:

*“A Crise Brasileira e Diretrizes de
Recuperação Econômica”*

Roberto Campos

Ministério do Planejamento



Considero que os **déficits do governo** e as **pressões salariais** são as responsáveis pela inflação existente.
Os déficits requerem expansão dos meios de pagamento, que **sancionam aumentos de salário**.



A inflação era resultado da **inconsistência da política distributiva:**

- I. **Dispêndio do governo** maior do que a retirada de poder de compra do setor privado;
2. **Incompatibilidade entre a propensão a consumir** (decorrente da política salarial) e a **propensão a investir** (ligada à política de expansão de crédito ao setor privado).



Por isso, adotaremos **duas linhas centrais para superação da crise: um plano de emergência**, para combatermos de maneira eficaz a inflação (PAEG) e **as reformas de estrutura**, principalmente a fiscal e a financeira.

*“Dentro desse quadro, encontram-se as **três causas tradicionais da inflação** brasileira: **OS déficits públicos, a expansão do crédito às empresas e as majorações institucionais de salários em proporção superior a do aumento da produtividade**. Estas causas conduzem inevitavelmente à expansão dos meios de pagamento, gerando, destarte, o veículo monetário de propagação da inflação.” (PAEG, citado em O&P, p. 215)*





OBJETIVOS DO PAEG

1

**Acelerar o ritmo de
desenvolvimento econômico
(interrompido em 1963)**



Conter o processo inflacionário
durante 64 e 65 e atingir
razoável equilíbrio de preços
em 66;



Atenuar desníveis econômicos
setoriais e regionais, assim
como tensões criadas pelos
desequilíbrios sociais, através
de melhores condições de vida;

3



4



**Assegurar oportunidades de
emprego produtivo à mão de
obra que continuamente afluí ao
mercado de trabalho.**



**Corrigir a tendência aos déficits
descontrolados do Balanço de Pagamentos,
que ameaçam a continuidade do
desenvolvimento pelo estrangulamento
periódico da capacidade de importar.**

Instrumentos de Ação do PAEG





1º Instrumento



Política de
redução do déficit
do governo



- ✓ Objetivos:
 - ✓ Eliminar a pressão inflacionária causada pelos desequilíbrios orçamentários;
 - ✓ Fortalecimento da capacidade de poupança nacional (disciplinando o consumo do governo)
 - ✓ Melhoria da **composição dos gastos** públicos.

Política Tributária



- ✓ Objetivos:
 - ✓ Melhorar a arrecadação;
 - ✓ Distribuir melhor a incidência tributária;
 - ✓ Estimular a poupança;
 - ✓ Melhorar a orientação dos investimentos privados;
 - ✓ Reduzir as desigualdades regionais.

Política Monetária



- ✓ Objetivos:
 - ✓ Executar a PM em consonância com os objetivos de estabilização de preços;
 - ✓ Evitar a retração no crescimento econômico.

Política Bancária



- ✓ Objetivos:
 - ✓ Fortalecer o sistema de crédito;
 - ✓ Ajustar o referido sistema às necessidades de estabilização e crescimento.



Política de Investimentos Públicos

- ✓ Objetivos:
 - ✓ Fortalecer a infraestrutura econômica e social;
 - ✓ Atenuar desequilíbrios regionais;
 - ✓ Criar externalidades positivas que atraiam investimentos privados.



2º Instrumento



Política cambial
e de comércio
exterior



- ✓ Objetivos:
 - ✓ Diversificar fontes de financiamento;
 - ✓ Incentivar exportações
 - ✓ Estimular o desenvolvimento econômico com equilíbrio no BP no LP.

Política de
consolidação da
dívida externa e
restauração do
crédito

- ✓ Objetivos:
 - ✓ Aliviar as pressões de curto prazo sobre o BP.



Política de estímulo
à entrada de
capitais
estrangeiros

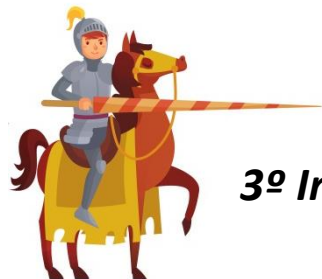


- ✓ Objetivos:
 - ✓ Abertura ao capital estrangeiro;
 - ✓ Integração aos centros financeiros internacionais;
 - ✓ Explícito alinhamento com o sistema norte-americano da Aliança por o Progresso;
 - ✓ Acelerar a taxa de crescimento econômico.

**Estímulo à
cooperação
técnica e
financeira**



- ✓ **Objetivos:**
 - ✓ Cooperação com outros governos e com o sistema multilateral da Aliança para o Progresso;
 - ✓ Acelerar taxa de crescimento.



3º Instrumento

Política de Produtividade social

POLÍTICA SALARIAL

Objetivos:

- Assegurar a participação dos trabalhadores nos benefícios do desenvolvimento;
- Sincronizar tal participação ao combate à inflação, protegendo a capacidade de poupança;

OUTRAS POLÍTICAS:

- Agrária
- Habitacional
- Educacional.

*A política econômica de todo o período 64-73 privilegia os **lucros** em detrimento dos **salários**.*

Política Salarial do PAEG



POLÍTICA SALARIAL DO PAEG

Pontos principais:

1. Manutenção da **participação dos assalariados no produto nacional**;
2. **Não permitir que os reajustes salariais realimentem a inflação**;
3. Correção das distorções salariais (principalmente entre os servidores públicos federais, das autarquias e das sociedades de economia mista).



Histórico da Política Salarial no Brasil



Até 1930: ausência de política salarial oficial (“liberdade de trabalho”)

1940: instituição do **Salário Mínimo.**
1943: Regulamentação.

1951-54: reajuste do SM por 2x.

1961-64: reajustes mais frequentes. Mesmo assim, SM real cai aprox. 20%.

1931: criação do Departamento Nacional do Trabalho. Regulamentação da sindicalização.

1946-50: congelamento do SM (deterioração de 30% de seu valor real)

1955-60: pequeno ganho no SM real.



CIRCULAR 10, DE 1965 – Gabinete Civil

Determinou a forma do **reajuste salarial da Administração Pública Federal** (recomendado aos outros níveis de governo).

NORMAS:



- Salário médio real dos últimos 24 meses deveria ser restabelecido;
- Sobre o salário real médio deveria incidir a taxa de produtividade;
- Deveria ser acrescentada a metade da inflação programada pelo governo para o ano seguinte (resíduo inflacionário);
- Foi estabelecido o princípio da **anuidade dos reajustes**.

- ☐ Atividades sindicais reprimidas;
- ☐ Greves em atividades *essenciais* proibidas;
- ☐ Governo decidia o que era *essencial*;
- ☐ Barganha dos sindicatos anulada.



“As negociações diretas entre trabalhadores e empregadores foram substituídas pela fórmula de reajuste fornecida pelo governo.”

RESULTADO: Salário Mínimo real reduzido no período!



FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO

- Criado em 1964;
- Substituiu o regime de estabilidade no emprego (dava estabilidade a empregados com mais de 10 anos de serviço no mesmo estabelecimento e era entendido como um entrave ao aumento do emprego);
- Fundo formado por depósitos mensais equivalente à época a 8% dos salários nominais.



O que as empresas ganham?

- Podem demitir a qualquer momento.

O que os trabalhadores ganham?

- Podem ter os recursos liberados em caso de demissão ou em situações especiais, como compra de imóvel.

Reforma Tributária do PAEG





OBJETIVOS:

1. Aumentar arrecadação (**aumento da carga tributária**);
2. Racionalização.
3. Antes: “**inflação corretiva**” – medidas para eliminar as distorções de preços que se haviam acentuado na inflação da década anterior.

Reforma Tributária

MEDIDAS

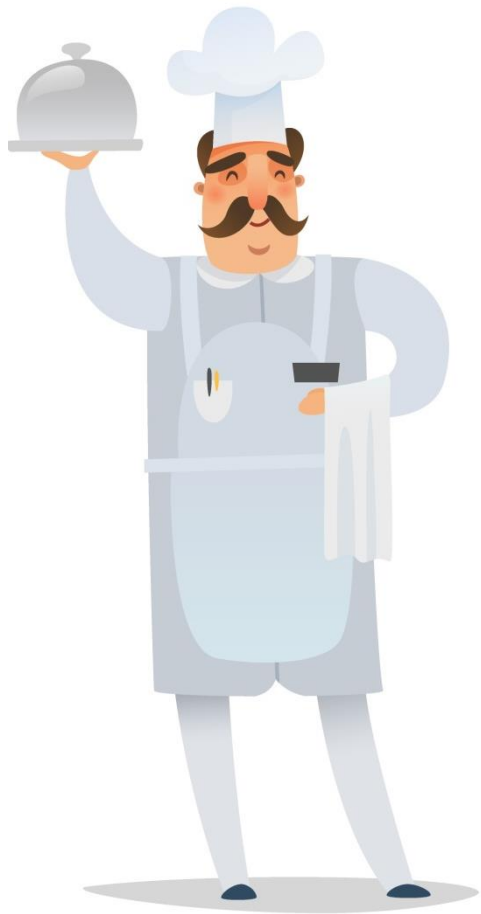


1. Uso da rede bancária para arrecadação.



2. Extinção do imposto do selo (federal), sobre profissões e diversões públicas (municipal).





3. Criação do ISS

(imposto sobre serviços)
– municipal;

4. Substituição do imposto estadual sobre vendas (sobre faturamento) pelo **ICM** (sobre circulação de mercadorias – incidente sobre o valor adicionado).



5. Ampliação da base de incidência do IRPF.





6. **Criação de mecanismos de isenção e incentivos** a atividades prioritárias (definidas como tal pelo governo).

7. Criação do FPEM

Fundo de
Participação
dos Estados e
Municípios.

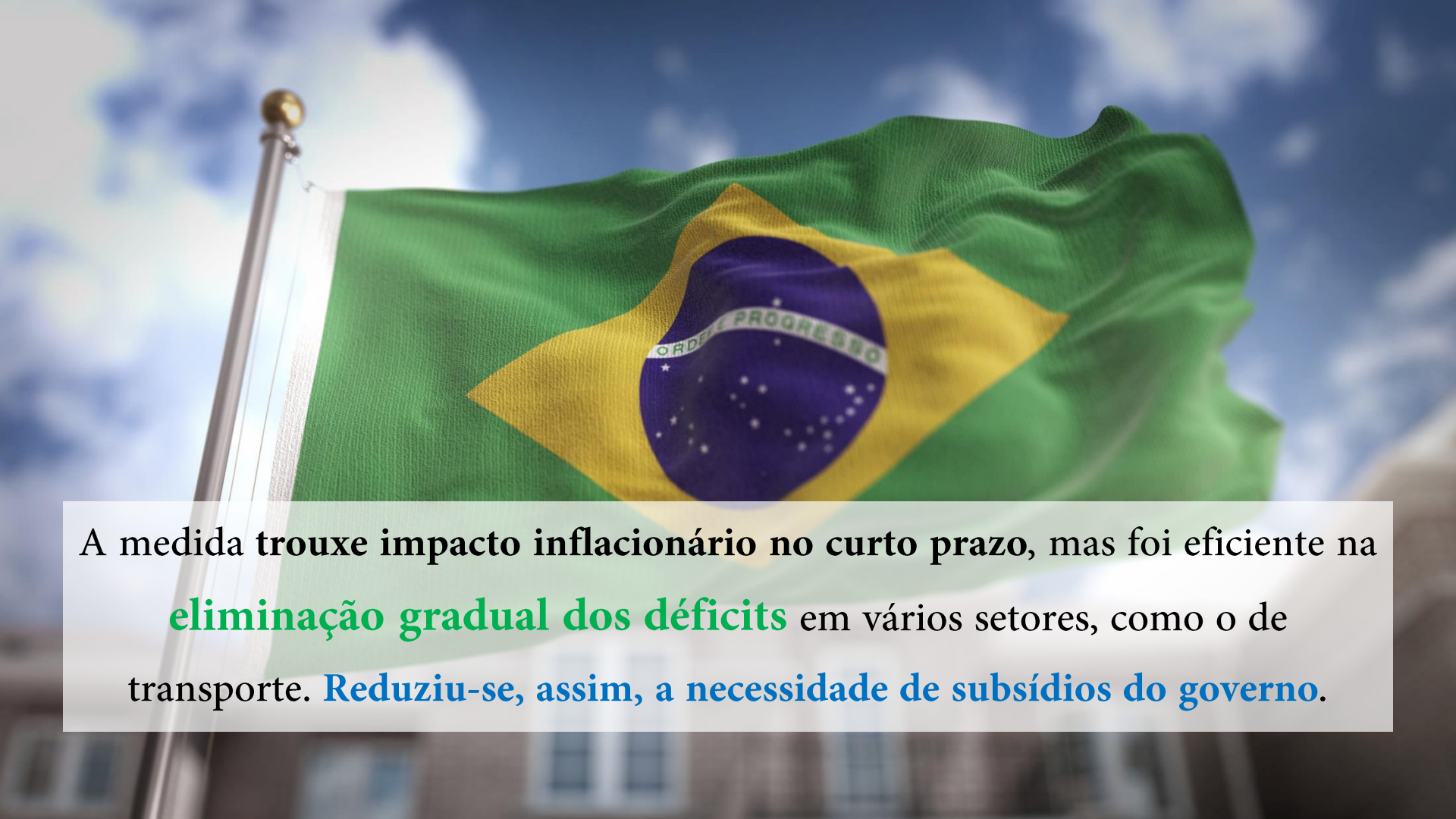




Inflação Corretiva



As tarifas de serviços públicos (defasadas em
relação à inflação passada) **São**
aumentadas
drasticamente.



A medida trouxe impacto inflacionário no curto prazo, mas foi eficiente na **eliminação gradual dos déficits** em vários setores, como o de transporte. **Reduziu-se, assim, a necessidade de subsídios do governo.**

Reforma Tributária

RESULTADOS



1

Houve aumento da carga tributária.

Forte elevação da carga tributária: de 16% do PIB em 1963 para 21% em 1967



2

A reforma foi regressiva.

Penalizou mais os mais pobres, pois a maior parte do aumento da arrecadação veio dos impostos indiretos



3

A reforma foi centralizadora.



Estados e municípios foram limitados em seus direitos de legislar sobre tributação.

“...o êxito da reforma no sentido de aumentar a carga tributária, bem como de promover o desenvolvimento... no período do “milagre” deve ser creditado tanto à racionalidade das medidas... como ao regime autoritário vigente.

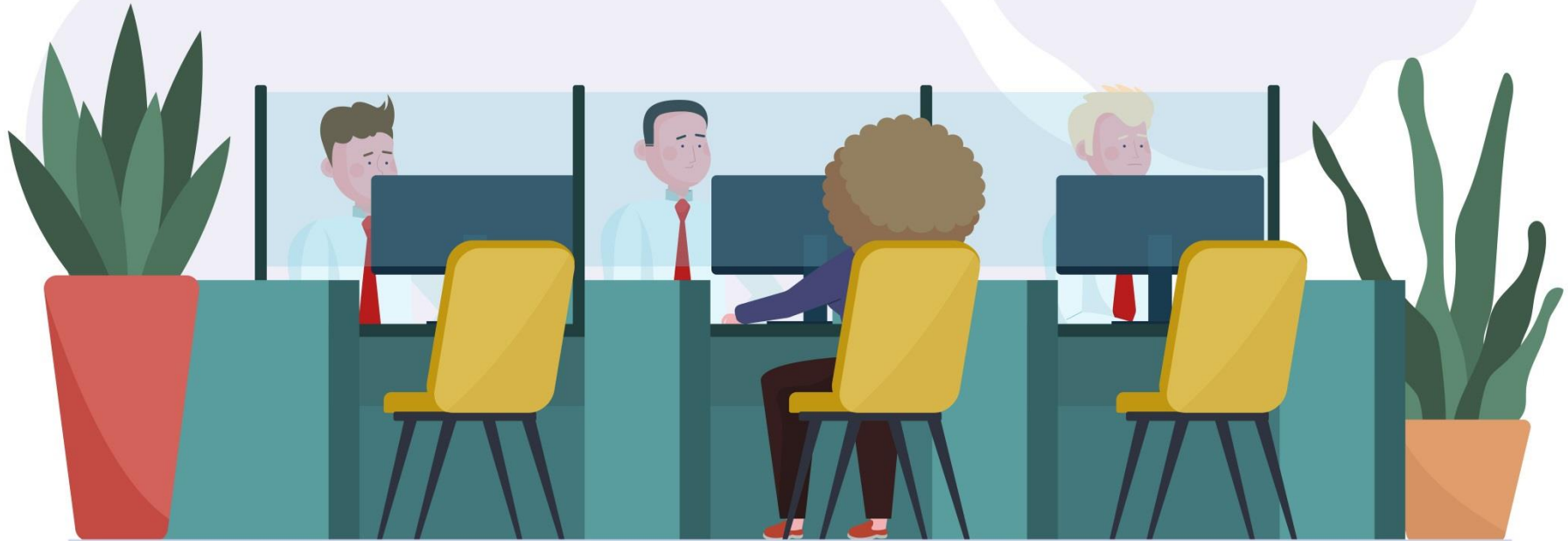
Difícilmente uma reforma regressiva e centralizadora como a de 1964-67 teria sido aprovada pelo Congresso e aceita sem resistência pela sociedade em um regime democrático.”
EBC, Giambiagi, p. 75

REFORMA FINANCEIRA DO PAEG

1

2

3



Sistema Financeiro até 1960

Caixas econômica
federais e
estaduais



Crédito imobiliário

Bancos Comerciais
privados e
financeiras



Capital de Giro

Bancos públicos:
Banco do Brasil e
BNDE



*Intermediação
de longo prazo*

Instituições não
bancárias



Papel secundário

As **reformas de 1964-67**
tinham por objetivo complementar
o **Sistema Financeiro Brasileiro** e
constituir um segmento financeiro
privado de longo prazo.





“...o objetivo central da reforma financeira foi dotar o SFB de mecanismos de financiamento capazes de sustentar o processo de industrialização já em curso de forma não-inflacionária”.

EBC, Giambiabi, p. 76

NOVO

SISTEMA

FINANCEIRO

BRASILEIRO



Conselho Monetário Nacional

- ✓ Criado em 1964.
- ✓ **Substituiu a SUMOC.**
- ✓ Funções: normativa e reguladora do SFB.



Banco Central do Brasil

- ✓ Criado em 1964.
- ✓ Funções: executor das políticas monetária e financeira.



Banco do Brasil

- ✓ Banco comercial.
- ✓ **Agente financeiro do governo**
(principalmente em linhas de crédito de médio e longo prazo).



BNDE

- ✓ Criado em 1952.
- ✓ Financiamento seletivo de longo prazo para indústria e infraestrutura.



Bancos de Desenvolvimento Regionais e Estaduais

- ✓ Atuação parecida com a do BNDE.

Bancos Comerciais

- ✓ Capital de giro.



Bancos de Investimento

- ✓ Regulamentados em 1966.
- ✓ Crédito de longo prazo no mercado primário de ações.



Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento

- ✓ “Financeiras”
- ✓ Financiamento direto
ao consumidor.



SFH – Sistema Financeiro de Habitação

- ✓ Criado em 1964.
- ✓ Instituição central: BNH
- ✓ Composto pela CEF, caixas econômicas estaduais, sociedades de crédito imobiliário e associações de poupança e empréstimo.



Corretoras e Distribuidoras de Valores

✓ Mercado de Ações



Enquanto a economia transitava para um nível menor de inflação, o governo criou mecanismos pra:

- Proteger o retorno real dos ativos;
- Incentivar demanda.



Mecanismos criados:

❖ Criação da ORTN
(Obrigações Reajustáveis do
Tesouro Nacional) para os títulos
públicos.

❖ Instituiu **correção monetária** da
dívida pública.





Lei do Mercado de Capitais (1965) e Resoluções do Bacen

- ❖ Autorizam emissão de instrumentos financeiros com correção monetária.



**Reduções ou isenções
do IR para empresas
emissoras de ações e
poupadores.**

Criação de mecanismos de
captação de longo prazo para
bancos públicos.



Indexação

Instituição da **indexação** dos instrumentos financeiros – criação de sistema pelo qual o principal e os juros sobre instrumentos da dívida seriam reajustados de acordo com a taxa de inflação.



Inicialmente, aplicado
sobre títulos públicos.

Indexação



A medida permitiu que o governo
confiasse cada vez mais no
**financiamento não inflacionário do
déficit orçamentário.**

Mais tarde, o instrumento foi usado em **outros instrumentos financeiros**. O BNH pôde emitir títulos indexados e indexou seus empréstimos.

Outros usos da indexação:

- Depósitos em poupança;
- Associações de poupança e crédito imobiliário;
- Dívidas corporativas.



AMPLIAÇÃO DO GRAU DE ABERTURA DA ECONOMIA AO CAPITAL EXTERNO

1. **Regulamentação da lei 4.131/62** para permitir a captação direta de recursos externos por empresas privadas nacionais;
2. **Resolução 63 do Bacen** – regulamenta a captação de empréstimos externos por bancos nacionais;
3. **Mudança na lei sobre investimentos estrangeiros**. Objetivo: facilitar a remessa de lucros (tornando-nos mais atrativos).



BEM-VINDO CAPITAL ESTRANGEIRO!

- Lei do mercado de capitais (1965) – melhora o cenário institucional, fortalecendo e aumentando o uso do mercado de ações;
- Estímulo à criação de bancos de investimento;



BEM-VINDO CAPITAL ESTRANGEIRO!



- Desenvolvimento de outros mecanismos de crédito para aumentar a demanda de investidores e consumidores para a produção da crescente capacidade industrial do país.

BEM-VINDO CAPITAL ESTRANGEIRO!

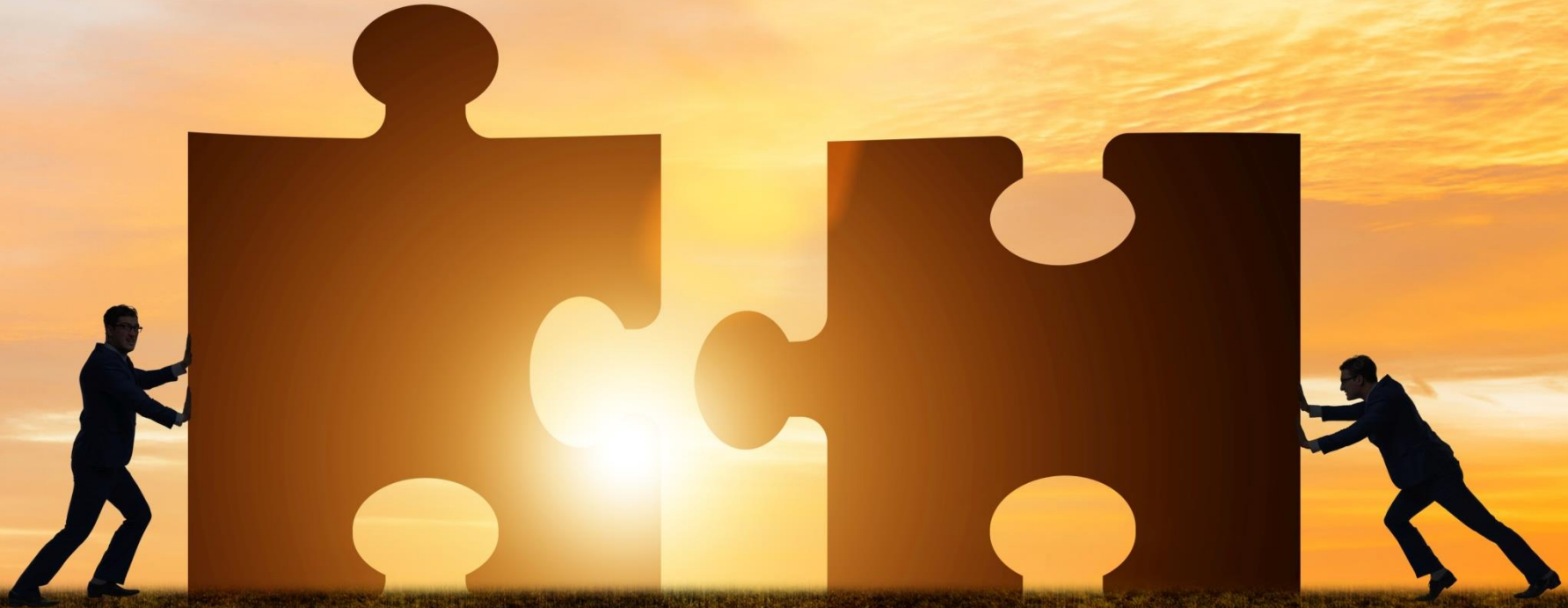


- Criação de muitos fundos especiais como complemento do BNDE, para financiamento de, por exemplo, vendas de pequenas e médias empresas brasileiras ou aquisições de bens de capital.

- Grande parte dos recursos das instituições oficiais de crédito vinham do **sistema de poupança forçada** (fundos da Previdência, aposentadoria).
- A **poupança** era também **totalmente indexada**.



- Entre 64-67 – governo usa muito **incentivos para influenciar alocação de recursos** em regiões e setores.



- Utiliza muito mecanismos de incentivo fiscal ligado à Sudene (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) para atrair investimentos àquela região.
- Posteriormente, o mecanismo é estendido à região amazônica.



Incentivos:



- Às exportações, turismo, reflorestamento e mercado de ações.

“O novo regime estabelecido em 1964 considerava que o **caminho para a recuperação econômica** residia no **controle da inflação**, na **eliminação da distorção de preços** acumulada no passado, na **modernização dos mercados de capitais** que produziria um **aumento na acumulação de poupança**, na criação de um **sistema de incentivos** que direcionasse investimentos para áreas e setores considerados essenciais pelo governo, na **atração de capital estrangeiro** (tanto privado quanto público) para financiar a expansão da capacidade produtiva do país e no uso de **investimentos públicos** em projetos de infraestrutura e em determinadas indústrias pesadas de propriedade do governo.”



BAER, W. Economia Brasileira, p. 94-95

Análise dos resultados



CONTENÇÃO DOS DÉFICITS DO GOVERNO –

foi a mais bem-sucedida das políticas!

DÉFICITS:

1963: 4,2% do PIB

1964: 3,2%

1965: 1,6%

1966: 1,1%



As políticas monetárias e de crédito
ao setor privado já não deram tão
certo.





1966 – política monetária apertada.
Expansão dos meios de pagamento
< nível de preços. Liquidez reduzida.

1965: políticas muito folgadas. Índices de
liquidez aumentam muito. Elevadas taxas
de expansão da moeda e taxa de
crescimento dos preços.

Segundo trim/64: moeda e crédito se
expandem, acompanhando os preços.
Depois, aperto de liquidez.

Parabéns!

Mais um
conteúdo
concluído com
sucesso!

